

Proposta tributária tem o apoio de governadores

Florianópolis — Apoio ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral, no que se refere a reforma tributária, apreensão quanto às dificuldades financeiras dos estados e seu elevado grau de endividamento, maior facilidade na tramitação dos projetos de lei, no Congresso Nacional, que tratam da rolagem da dívida nos estados, formação de um colégio de governadores para planejar o desenvolvimento da região Centro-Sul e ainda que os estados possam também fazer reformas administrativas, através de legislação a ser incluída na nova Constituição. Essas foram as conclusões da reunião de ontem em Florianópolis entre 10 governadores da região Centro-Sul e ainda do Distrito Federal, que, no entanto, preferiram não se posicionar em conjunto sobre o regime de Governo e nem sobre a realização de um plebiscito. Decisões que não surpreenderam o governador do Paraná, Alvaro Dias, que "não alimentava nenhuma expectativa quanto a reunião, mas a tinha como uma oportunidade válida para a troca de informações e de opiniões sobre diversos assuntos,

mas o que se tratou foram assuntos já de conhecimento público, que estamos debatendo há algum tempo".

Tanto a questão do plebiscito, como do regime de Governo, foram abordadas separadamente pelos governadores, em entrevista à imprensa. Durante a reunião, que durou mais de 3 horas, esses temas foram focalizados, mas sem qualquer conclusão pela divergência de opiniões. Ainda na reunião a portas fechadas, segundo informações não oficiais, o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, teria feito duras críticas ao presidente do Banco Central, Fernando Milliet, com apoio do governador de São Paulo, Orestes Quércia. Aos repórteres, Newton Cardoso disse que a resolução que congela repasses aos estados é "antidemocrática, incompetente e recessiva".

Déficit público

Orestes Quércia chegou a Florianópolis, tentando diminuir o impacto negativo que as resoluções do ministro Bresser Pereira provocaram na última quinta-feira, dizendo que elas não irão preju-

dicar os estados e municípios, porque as obras que estão em andamento não terão solução de continuidade.

Já o governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, afirmou que o controle do déficit público "não pode significar a queda de investimentos, senão vamos transformar o País num verdadeiro cortiço". O problema do déficit público, na sua opinião, não está na redução dos investimentos e nem das despesas de custeio, mas sim na negociação da dívida externa que pesa no tesouro nacional e pressiona de forma insuportável.

O governador do Paraná, Alvaro Dias, preferiu culpar o déficit público de alguns estados, como o Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde o Governo Federal teve que intervir nas instituições financeiras dos estados "para tapar buracos". Para ele, "o déficit público deve ser combatido implacavelmente, quando em decorrência de desperdício, da corrupção, da incompetência e não pode ser combatido quando decorre de investimentos em setores que dinamizam a atividade produtiva".

Plebiscito fica fora de pauta

A questão do plebiscito foi defendida por alguns governadores, como Pedro Ivo Campos, de Santa Catarina, mas não foi abordada na reunião. Pedro Ivo considera oportuno o plebiscito, como contribuição aos constituintes, mas desde que seja realizado antecipadamente, antes da promulgação da Constituição. «Se for após o término dos trabalhos dos constituintes poderá vir a prejudicar o País, porque caso a opção seja pelo parlamentarismo, «desmoralizaria a própria Assembléia Nacional Constituinte e anularia suas decisões, além de desacreditar os trabalhos dos Constituintes».

Caso os constituintes venham a optar pelo parlamentarismo, o

governador Orestes Quércia garantiu que vai lutar para que seja realizado um plebiscito a fim de que todos os brasileiros se manifestem sobre a forma de Governo. Essa é também a opinião do governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, que, por questões éticas, como disse, acha que o povo deve ser convocado a se manifestar, caso vigore a tese do parlamentarismo. José Aparecido de Oliveira, governador do Distrito Federal, no entanto, se posicionou contrário a realização do plebiscito por entender que o País tem vocação republicana e um plebiscito iria cassar os direitos e deveres dos Constituintes. Com ele concorda Newton Cardoso, achando que, além de ser caro demais, iria tumultuar as eleições municipais de 1988.

Na verdade, a questão do regime de Governo deixou de ser assunto na reunião de ontem em Santa Catarina. Os dez governadores preferiram seguir a mesma decisão tomada na convenção nacional do PMDB, isto é, deixar a questão para ser decidida pelos constituintes.

Quanto ao futuro político do PMDB, será tema da reunião a ser realizada no final deste mês no Rio de Janeiro, desta vez com a presença de todos os governadores do partido. Orestes Quércia, por exemplo, acha que deve haver um esforço de todos para que, terminada a fase de transição com a promulgação da Constituição, o PMDB venha a se fortalecer e se tornar um partido unido.